



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 107 - 1ª QUINZENA DE ABRIL DE 1996 - R\$ 1,00

Rechacemos os acordos de trabalho temporário que só farão aumentar o desemprego!

Fora com os traidores que negociam a perda dos direitos com os patrões e governo!



Que a CUT e as organizações sindicais e populares convoquem os organismos de base para decidir por uma luta nacional de massa para pôr abaixo o plano neoliberal de FHC!

Parlamento pode aprova a reforma da previdência, que acaba com a aposentadoria por tempo de serviço



A Guarda Civil de Maluf ataca os camelôs a mando dos corruptos e dos grandes comerciantes:

A podridão do capitalismo é exposta nas ruas de São Paulo

Proposta à Convenção de Oposição da Apeoesp

A quinzena de luta do movimento operário

* Os operários da Cisa, em assembléia, decidiram retornar ao trabalho (12 dias de greve) depois que os patrões prometeram não descontar os dias parados e acertar os salários atrasados em 45 dias.

* Trabalhadores da Chocolate Evelyn protestam em frente à fábrica contra o atraso, todos os meses, no pagamento. Os patrões ameaçam com demissões se o sindicato interferir.



* após 8 dias em greve, trabalhadores da Companhia Mogi de Café Solúvel receberam o salário de janeiro. O pagamento de fevereiro será feito no dia 4 de abril.

* Têxteis da Monizac manifestam-se na porta da fábrica contra trabalhar no domingo para compensar o feriado.

* Funcionários estaduais da saúde manifestaram-se em frente a Secretaria contra o sucateamento da saúde, como corte de verbas e demissões no funcionalismo.

* petroleiros da Refinaria de S. José dos Campos (Revap) e da Refinaria de Cubatão fazem acampamento pela reintegração dos demitidos na greve de maio de 95.

* 750 Costureiras da Fiação Andriello, na Lapa saem da fábrica em passeata até a loja da fábrica, seguindo para a sede da patronal na Vila Nova Cachoeirinha exigindo a PLR. Os patrões se recusam a negociar. As costureiras só voltam ao trabalho quando o patrão pagar. Reunidas em assembléia definem métodos de manifestação para a próxima semana.

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo troca "pacote de demissões" por "pacote de benefícios" na Villares

* Metalúrgicos da Borlem de Guarulhos também trocam trabalho por pacotes de benefícios.

* Trabalhadores da Cosipa fazem passeata contra a imposição de novo plano de saúde por parte dos patrões.

Os operários devem tomar o controle da produção

A anarquia da produção, gerada pelo capitalismo, os coloca em crise, fecham fábricas e postos de trabalho. E quem carrega as conse-

quências são os trabalhadores, que ficam sem seu único meio de sobrevivência - o trabalho.

* Metalúrgicos da Companhia Paulista de Laminação Mauá, ocupam a fábrica e assumem controle da produção.

* Comerciantes da Veper Comércio de Confeções fizeram manifestação em frente a loja da Rua 12 de Outubro contra a fuga do patrão que fechou duas lojas deixando 200 desempregados.

* Metalúrgicos da Bernardini em greve pelo não pagamento do salário. A água foi cortada por falta de pagamento. O Sindicato dos Metalúrgicos informa que a empresa deve R\$ 19 milhões, mais juros de R\$ 650 mil e tem faturamento mensal de R\$ 900 mil.

* Os metalúrgicos da Mapa que fizeram greve em solidariedade ao demitidos resolveram pedir demissão e durante o aviso prévio uma comissão participa da administração com a empresa da concordata para saber as condições financeiras da Mapa para continuar produzindo e readmitir.

* Metalúrgicos da Emanuel Rocco, de Limeira protestaram em frente ao fórum pedindo a reabertura da fábrica.

* Antarctica fecha unidade de Caçapava deixa trabalhadores desempregados.

* Metalúrgicos da Companhia Brasileira de Aço continuam em greve para receber o pagamento. A água foi cortada e o sindicato vai pedir arresto dos bens da indústria.

* trabalhadores da Embraer, privatizada em 94, fazem greve de dois dias contra demissões e redução dos salários, mesmo com a implantação da flexibilização da jornada de trabalho

Jornada de Trabalho

* Vigilantes da Transvalor paralisaram as atividades contra o aumento do horário de almoço para duas horas. No dia seguinte o horário de uma hora foi restabelecido

* Trabalhadores da Açucar União recusam proposta fajuta de redução da jornada. A mudança de 6 dias trabalhados e uma folga para 6 dias trabalhados e duas folgas resultaria em 42 horas semanais, meia hora a mais de almoço, que passaria a 1 hora de almoço

* Jornada de 38 horas em abril para trabalhadores da Ford Taboão, sem redução do salário por causa de 800 excedentes. As horas a menos vão para o "banco de horas" aguardando a implantação da jornada flexível.

PT e as eleições municipais

A disputa interna no PT em torno das candidaturas e o choques em torno das alianças eleitorais mostram o quanto esse partido está integrado na política burguesa. Em todas as prévias eleitorais, uma fração denunciou a outra de se utilizar de meios ilícitos e de corrupção. A burocracia partidária que tem poderes municipais se utilizou largamente de tais expedientes. Trata-se de um reflexo da integração do partido na estrutura de poder do Estado capitalista.

Em São Paulo, venceu Erundina, que concorreu com Mercadante. Ambos têm a mesma política. Pronunciaram-se por um governo de coligação com partidos burgueses chamados indevidamente de democráticos ou progressistas, a exemplo do próprio PSDB, que esmaga a vida dos trabalhadores. Mercadante era favorável, se eleito na prévia, procurar um

aliança com tais partidos para a eleição.

Quanto às alianças, o PT se propõe a compor com o PDT no Rio de Janeiro, Fortaleza etc, para receber em troca apoio em Porto Alegre. Para levar adiante tal linha, a direção nacional chegou a exigir que os candidatos à prévia no Rio de Janeiro renunciassem a lançar candidaturas. Como se vê, o PT não tem nenhum traço de partido de trabalhadores. Não passa de mais um partido da burguesia, cuja diferença está no fato de ter o controle da CUT e de importantes sindicatos. Controle esse utilizado para bloquear as lutas e para ganhar influência no seio da política burguesa.

Os trabalhadores não devem apoiar esse partido mascarado de defensor dos oprimidos. O que devemos fazer é construir o Partido Operário Revolucionário, fiel aos princípios e aos interesses da classe operária.



A Reforma da Previdência ataca a vida dos trabalhadores

O Congresso Nacional aprovou a Reforma da Previdência de FHC, que esmaga a vida dos assalariados. Primeiro, a maioria dos deputados votou contra o projeto do relator Euler Ribeiro (PMDB). Logo gritaram: “o governo foi derrotado”.

O dirigente da CUT, Vicentinho, rapidamente propôs novas negociações. Parlamentares do PT, alegres, saíram a dizer que era possível vencer o governo no Parlamento. Toda essa farsa demorou pouco. Os parlamentares do PMDB, PFL, PPR, PTB que votaram contra o projeto de Reforma nada mais estavam fazendo senão chantagem política com FHC. Não demorou e o governo comprou todos eles.

A Emenda elaborada por Michel Temer (PMDB) é a igual à de Euler, com pequenas mudanças. Em sua essência, destrói a aposentadoria por tempo de serviço, substituindo-a por tempo de contribuição, o que fará com que milhões de trabalhadores nunca se aposentem. Elimina direitos do funcionalismo. Acaba com a aposentadoria especial de algumas categorias. E os verdadeiros privilégios de Parlamentares, Juizes e Militares foram mantidos.

O objetivo central de atacar frontalmente a vida dos trabalhadores foi atingido nessa segunda votação. O governo e o Congresso suprimem conquistas elementares das massas oprimidas.

Mais uma vez se comprova que o Parlamento (Congresso) é um antro de corruptos e instrumento de opressão capitalista dos trabalhadores

A idéia de que a Câmara dos Deputados (Parlamento) é a “casa do povo”, constituída por representantes do povo eleitos pelo povo, é uma farsa da democracia burguesa. Trata-se de um instrumento dos partidos burgueses (patronais) para aprovar leis e medidas econômicas contra a vida dos assalariados e camponeses pobres.

Todos os partidos que lá estão, incluindo o PT reformista e o PCdoB estalinista, não fazem senão iludir os explorados com as bondades da democracia dos exploradores. Uma parte se comporta como governistas e outra como oposicionista, mas o resultado é sempre o mesmo: aprova-se medidas contra o povo trabalhador.

Os oposicionistas, como o PT, se submetem à votação da maioria governista e nas próximas eleições vêm dizer que estiveram contra. Mas o fato é que se submetem...s decisões, que arrancam conquistas elementares dos que trabalham duro para enriquecer a classe patronal. Não organizaram a luta dos oprimidos para derrotar o governo nas ruas, com greves e manifestações. Pelo contrário, os petistas e a direção da CUT bloquearam até mesmo as tentativas de luta do funcionalismo federal.

Não é de se estranhar que o Parlamento é uma casa de corruptos, ladrões e representantes de latifundiários, industriais, banqueiros etc. O fato de Fernando Henrique Cardoso comprar os votos que faltavam para aprovar a Reforma da Previdência é mais um acontecimento corriqueiro da política burguesa. Os reformistas do PT e os estalinistas (PCdoB) ficaram se lamentando do fato de seus aliados da primeira votação se venderem tão facilmente ao governo. Na verdade, ao alimentarem as ilusões no Parlamento burguês, passam a fazer parte desse antro de corrupção.

Os operários e demais oprimidos devem tirar a lição. Não se pode confiar um fio de cabelo no Parlamento, nos partidos burgueses e no governo. Trata-se também de rechaçar a conciliação de classe da política reformista e da burocracia sindical. Dizemos para Vicentinho, Medeiros e outros vendidos que o que estão fazendo é anular os sindicatos, tirar a força coletiva e organizada dos operários, substituindo a ação direta pela politicagem parlamentar no Congresso da burguesia. Devemos compreender que só a

luta de massa, só com a união grevista e só com a construção de um Partido Operário Revolucionário poderemos combater os capitalistas, seu governo e os partidos burgueses.

A Força Sindical de Medeiros a serviço do governo capitalista

A Força Sindical apoiou abertamente o fim da aposentadoria por tempo de serviço e destruição de direitos do funcionalismo. E qual foi a justificativa? Foi a de que teria de se acabar com os privilégios. Ora, os únicos privilegiados eram e continuam sendo os parlamentares, militares, governadores, prefeitos e juizes.

Todos esses são representantes dos capitalistas no interior do Estado. Ganham milhões para fazerem leis contra os trabalhadores (parlamentares), para aplicarem as leis também contra os trabalhadores (juizes) e para reprimirem violentamente as lutas dos explorados (militares).

A aposentadoria integral não é privilégio. Nem tampouco a aposentadoria especial de professores dos 3 graus. A luta não é para destruir essas conquistas que outras categorias não tiveram, mas sim

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970
CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

implantar aposentadoria integral para todos, estender para todos a aposentadoria com 30 (homens) e 25 (mulheres).

A conversa fiada de que a Previdência está quebrada devido aos privilégios e ao critério de tempo de serviço só serve para convencer os tolos. O governo e parlamentares esbanjam uma fortuna com banqueiros, usineiros, latifundiários, multinacionais e com a corrupção, inclusive para comprar os deputados.

Nós trabalhadores produzimos em 30 anos uma montanha de riqueza, que dá para aposentar não só um, mas muitos assalariados. Ocorre que essa montanha fica com o capitalista, que nos paga de menos de 1 a 5 salários mínimos. Os patrões nos impõem um regime de fome a vida toda e depois ainda não temos direito a uma aposentadoria digna. Todos nós sabemos que os capitalistas lucram às custas de nosso sofrimento. A Reforma da Previdência é contra nossas vidas.

Os privilegiados são os burocratas sindicais vendidos do tipo Medeiros, Paulinho, Vicentinho, que vivem do dinheiro do sindicato para agirem em favor da burguesia e de seu governo.

A traição da direção da CUT e a responsabilidade do PT

A organização operária que poderia mobilizar nacionalmente as massas contra a Reforma era a CUT. Mas seu presidente, Vicentinho, escolheu o caminho de um acordo com o governo, juntamente com a reacionária Força Sindical. Posteriormente, declarou-se fora do acordo, dizendo que o relatório de Euler modificava alguns pontos. Na verdade, não passou de uma

manobra de cúpula e jogada política para no futuro favorecer eleitoralmente o PT.

Em nenhum momento a direção da CUT se colocou pela mobilização da classe operária e demais oprimidos contra a violenta Reforma antinacional e antipopular de FHC. Ao bloquear a luta e procurar iludir os explorados que seria possível um acordo negociado com o governo em favor das massas, não fez senão colaborar com o poder dos capitalistas. O PT, por sua vez, apenas fez oposição demagógica, limitando-se a discursos oposicionistas nas quatro paredes do Parlamento oligárquico e corrupto, alimentando também a ilusão de que seria possível unir parte do PMDB, PFL, PPD etc. para derrotar o governo. Enquanto Vicentinho fazia negociata com o governo, o PT fazia oposição hipócrita. Porém, ambos estavam de mãos dadas e atadas contra a mobilização de massa, ou seja, contra a única via para derrotar a Reforma.

A ilusão de vencer o governo no Parlamento é própria dos reformistas e da burocracia sindical, que temem um levante da classe operária e camponeses contra o Estado capitalista. Ou os explorados defendem suas vidas nas ruas ou serão sacrificados pela Reforma aprovada no Parlamento. Está aí porque a direção da CUT e o PT traíram os trabalhadores.

O que diz a nota da Executiva Nacional da CUT sobre a Previdência?

A Executiva da CUT divulgou uma nota com o título: “Por uma Previdência Justa e Digna para todos”. Ela tem o objetivo de explicar a posição de Vicentinho de retirar o apoio ao Projeto de Reforma negociado com o governo. Começa dizendo que “a participação da CUT nas discussões da Reforma da Previdência Social teve sempre como objetivo garantir os direitos dos trabalhadores, combater os privilégios e estabelecer mecanismos ágeis e eficazes contra a sonegação”. Inicia, portanto, mentindo. A substituição do tempo de serviço pelo tempo de contribuição é a mudança essencial que afeta profundamente todos os trabalhadores. Vicentinho e a maioria da direção da CUT estiveram de acordo com tal mudança. Quanto aos privilégios, é outra mentira. Por acaso alguém viu a direção da CUT questionar a aposentadoria dos militares? Mas vimos Vicentinho concordar com o argumento de que a aposentadoria especial de professores universitários era privilégio.

Em seguida, a Executiva explica que “a

CUT propôs a retomada do processo de negociação através de uma discussão global do Sistema Previdenciário” e que “o governo equivocadamente optou pelo caminho do autoritarismo”. Assim a direção cutista reclama que FHC “substituiu o diálogo com a sociedade e com as Centrais, pela negociata interpartidária com sua base de sustentação no Congresso Nacional, em prejuízo de uma verdadeira reforma”.

Novamente a direção da CUT mostra-se servil ao governo antinacional e antipopular. Não é que o governo optou pelo caminho do autoritarismo. Todo e qualquer governo burguês está na posição de defesa dos interesses da burguesia e do Estado. Sempre representará a ditadura de classe dos capitalistas contra a maioria oprimida. A farsa de que inicialmente o governo foi democrático, porque negociou com as Centrais um acordo, serve para acobertar a atitude e a política da burocracia sindical de sacrificar conquistas dos trabalhadores em negociatas com o governo. Ocorre que as manobras do governo com as Centrais teriam de finalmente ser aprovadas pelos partidos da burguesia, no Parlamento. A negociata inicial das Centrais com o governo serviu para que este tivesse um trunfo político para depois fazer sua negociata com os parlamentares. Foi o que aconteceu com o relatório Euler não aprovado e depois com o relatório Temer, aprovado. Dessa forma, a burocracia colocou as organizações operárias a serviço da negociata de FHC com os partidos da burguesia e de determinados parlamentares ávidos de receber prêmios. Quanto aos privilégios, esse foi o argumento do governo e da Força Sindical para justificar o brutal ataque à Previdência Social. A burocracia da CUT não poderia deixar de participar do mesmo coro.

Por último a nota da Executiva diz: “Continuaremos apresentando nossas propostas para discussão e negociação enquanto ela estiver em votação (...).” Está aí novamente a prova do servilismo da burocracia sindical frente ao governo e ao Parlamento. Tais direções, com a política de “democracia e negociação”, servem os interesses dos capitalistas, que não têm outra saída senão descarregar a crise econômica sobre os trabalhadores. Enquanto a CUT e os sindicatos estiverem sob o domínio dessa casta adaptada ao capitalismo apodrecido, os oprimidos encontrarão nesses organismos um obstáculo a sua resistência contra a fome e a miséria.



Mais um blefe dos partidos burgueses



José Sarney lançou a idéia de uma CPI dos bancos, motivado pelo escandaloso desvio de dinheiro pelo governo para cobrir rombos de bancos quebrados. São bilhões de reais entregues de mão beijada a banqueiros. Os responsáveis pelas fraudes, como a família Calmon e a de Magalhães Pinto, desviaram dinheiro, estão ricos e impunes. Enquanto isso o governo acaba com a Previdência, mantém o salário mínimo de miséria, sustenta o desemprego em massa etc. Pois bem, a CPI de Sarney só serviu para mais uma vez os partidos oligárquicos negociarem vantagens. Um exemplo: a filha de Sarney, Roseane, governadora do Maranhão, recebeu em troca do recuo de seu pai verbas federais.

Por outro lado, o Parlamento se mostrou fraudulento ao se submeter ao parecer da Comissão de Justiça de que era inconstitucional a CPI, porque esta só pode ser instalada se houver um fato concreto de acusação. Baseado nisso, a Comissão de Justiça inviolizou a CPI. A submissão do Parlamento mostra sua corrupção e os interesses que estiveram envolvidos em torno do problema. Sabemos que a CPI, mesmo quando instalada, não serve para apurar e punir os corruptos. Pelo contrário, acaba acobertando a sujeira. Um exemplo disso foi o que aconteceu com a gangue de Collor.

O Partido Operário Revolucionário defende a constituição de um Tribunal Popular, representado por trabalhadores eleitos nos seus locais de trabalho.

Legalização de trabalho temporário aumentará desemprego

O ministro Paulo Paiva apresentou no último dia 28 projeto para estimular a contratação de empregados temporários nas empresas. Pela proposta do governo, haverá redução de encargos sociais num total de 18% do valor total do custo salarial para as contratações temporárias. Esse novo tipo de contrato será feito em até 20% do total de empregados das empresas.

A legalização do trabalho temporário e sem encargos nem direitos trabalhistas é um dos objetivos atuais dos capitalistas e do governo. Querem aumentar a lucratividade das empresas nacionais diante da abertura de mercado e da recessão. Como o número de consumidores não cresce, os capitalistas querem aumentar seus lucros com a redução de gastos com salários e aumentar a exploração do trabalho. Por isso têm investido contra os direitos trabalhistas e encargos sociais e pressionado para institucionalizar o emprego temporário, que se ajusta às variações de produção e permite aumentar a exploração do trabalho ao máximo.

Falam que o contrato temporário ajudaria a diminuir o desemprego. Mentem desse jeito para enfiar goela abaixo dos trabalhadores o fim dos direitos trabalhistas e dos encargos sociais. Em lugar algum o desemprego é causado pelo custo dos salários, que no Brasil é um dos mais baixos do mundo. As demissões e redução de postos de trabalho são resultado da recessão e do aumento da exploração do trabalho (produtividade). A política neoliberal aplicada pelos governos tem facilitado a entrada de produtos estrangeiros no país, que concorrem sem impostos com os nacionais. O arrocho salarial, juntamente com os cortes de investimentos públicos, incrementam as tendências recessivas. A aplicação de novas tecnologias (automação, informática) e novos métodos de trabalho aumentaram a exploração e conseguem fazer menos operários produzirem mais mercadorias, permitindo às empresas demitirem parte de seus funcionários.

Esse quadro geral, de catástrofe capitalista, é o grande causador do desemprego. A redução do custo dos salários não fará nenhum capitalista contratar mais gente para produzir a mesma quantidade de mercadorias. Ao contrário, o capitalista se utilizará da vantagem da economia de encargos, demitirá 20% dos atuais empregados e os substituirá pelos de contrato temporário, que novamente estarão na rua caso haja novas quedas de produção.

A maneira de enfrentar o desemprego é a luta pela divisão do trabalho disponível entre todos, com a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Diminuindo a jornada inicialmente para seis horas, haverá necessidade de mais gente trabalhando, e as empresas terão de contratar. No caso da Ford, por exemplo, que

só produzirá o Fiesta a partir de abril, a empresa anuncia que dos 7400 empregados atuais só restarão 5400. Calculam os capitalistas e a burocracia sindical que 800 sairão pelo programa de demissões voluntárias, e mais 1200 serão demitidos. Não se pode aceitar a demissão de centenas de pais de família sem luta. A posição correta é exigir a redução da jornada de trabalho em 30%, sem redução de salários, que manteria todos no emprego.

O ministro Paulo Paiva anunciou o projeto em reuniões com a Confederação das Indústrias e com Vicentinho, da CUT. O vendilhão Vicentinho se colocou por discutir com o governo a proposta, já que o trabalho temporário já existe. A aceitação da superexploração e das demissões pelo dirigente da CUT mostra seu compromisso com o governo e os capitalistas. Sua colaboração com o governo ajuda os capitalistas a massacram os assalariados.

Por isso é preciso que os organismos de base (assembléias, plenárias)



tomem em suas mãos a tarefa de organizar uma campanha nacional de luta que se coloque por derrubar o plano neoliberal de FHC, impondo as reivindicações das massas, como o salário mínimo real de 1200 reais, a redução da jornada de trabalho para seis horas sem redução salarial e a estabilidade no emprego para todos.

EDUCAÇÃO



Dívida interna explode em 127 bilhões

Têm crescido as dificuldades do governo em administrar a dívida interna e o déficit público. O Plano Real depende da política de juros altos para manter o capital estrangeiro no país e sustentar artificialmente o valor da moeda. Por isso, o governo toma dinheiro emprestado no mercado pagando altas taxas. O custo financeiro estourou e está entre 9% e 11% ao mês, para uma inflação de no máximo 2%. Assim, a dívida interna estourou em fevereiro, aumentando 10 bilhões de uma só vez. É certo que a ajuda aos bancos aumentou o rombo. Só que os juros altos farão aumentar ainda mais o rombo, numa proporção que se não for atenuada, levará o país à insolvência, como ocorreu no México.

O endividamento interno e externo é um mecanismo criado pela burguesia para atenuar as crises do próprio sistema. São mecanismos de socorro aos capitalistas e de controle

sobre a economia. O capitalismo é um sistema de produção anárquico que cai inevitavelmente em crises de superprodução. Essas crises mostram a limitação do sistema, que bloqueia o desenvolvimento da produção quando o potencial produtivo se agiganta diante da capacidade de consumo. Os governos capitalistas agem então para equilibrar as coisas, com a destruição das forças produtivas (recessão). Quando a recessão se torna muito grave e há grande quebra de ordem, os governos capitalistas utilizam o dinheiro público para contornar o problema. O Estado se endivida em benefício do investimento capitalista.

De outro lado, há a especulação e o parasitismo financeiro. O capital financeiro, resultado da fusão do capital bancário com o industrial, criou mecanismos de apropriação da mais-valia através do parasitismo financeiro e da jogatina das bolsas de valores. Os capitalistas se apropriam de parte do que é explorado do trabalho assalariado através dos juros. O grande problema dos parasitas financeiros é que eles dependem em última instância da produção. Nas últimas décadas, o parasitismo financeiro se agigantou tanto que boa parte dele se tornou artificial (fantasma). Quer dizer que a transferência formal de capital (dinheiro) não está acompanhada de mais-valia equivalente. As crises financeiras também acabam estourando, quando se torna

impossível sustentar os compromissos assumidos em dívidas.

O endividamento público tornou-se uma válvula de escape para essas crises. O Estado tornou-se o maior devedor aos capitalistas, procura dar segurança aos especuladores, porque em caso de incapacidade de pagamento, os governos têm melhores condições de contornar o problema através de empréstimos externos ou mudanças na política econômica.

O endividamento tornou-se com o tempo a maior despesa governamental. Para sustentar os parasitas especuladores, os governos acumularam dívidas gigantes, cujos juros e encargos consomem cerca de metade do orçamento público. Na maior parte das vezes, o dinheiro arrecadado não é suficiente para sustentar o parasitismo, e o governo é obrigado a pegar mais dinheiro emprestado, a juros ainda maiores, para pagar seus compromissos com os sanguessugas.

Por isso é importante a luta pelo não pagamento dessas dívidas e a estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores. As correntes e partidos que se negam em travar essa luta se tornam cúmplices da submissão da nação ao capital estrangeiro, do corte dos serviços sociais públicos e da superexploração de classe em benefício dos parasitas.

Nacional



Maluf joga a Guarda Civil para bater nos camelôs



No último dia 28 de março, o centro de São Paulo assistiu a Guarda Civil de Maluf entrar em confronto com centenas de camelôs. Tudo começou com as denúncias de que a administração regional da Sé e os fiscais da região vinham

impondo a cobrança de propina aos vendedores ambulantes, para que estes pudessem armar suas barracas na cidade. Em represália à denúncia, o administrador e seus comparsas tentaram remover os camelôs do centro. Até os mais de 400 licenciados pela prefeitura foram removidos. Os camelôs iniciaram uma manifestação nas ruas da cidade, fechando lojas e entrando em confronto com a Guarda Civil e com os seguranças das lojas. Desse dia em

diante, as ruas do centro foram ocupadas por várias viaturas de Guardas Civis, que agiram para impedir a montagem das barracas dos camelôs.

O aumento do número de camelôs na cidade reflete a destruição em massa de postos de trabalho. O número de vendedores ambulantes cresce na mesma proporção do desemprego. Reflete a desagregação da economia, a crise do capitalismo. A corrupção da prefeitura e seus fiscais reflete o apodrecimento da classe dominante, que chega a recorrer ao suborno de desempregados.

O governo municipal encarna seu papel de instrumento repressivo da burguesia contra as massas e defende os capitalistas do comércio, protegendo os grandes comerciantes da concorrência dos camelôs e reprimindo os ambulantes.

Cabe a todas as organizações sindicais e populares se colocarem em defesa dos camelôs contra a repressão malufista, e organizar um movimento nacional de luta pelo emprego e salário para todos, através da redução da jornada de trabalho para seis horas diárias sem redução de salários, e do salário mínimo real de 1200 reais.

Contribuição da Corrente Proletária da Educação à Convenção Estadual do Movimento de Oposição

A nossa posição no seminário do Movimento de Oposição à diretoria da Apeesp foi a defesa da Convenção sob a base de um programa classista e do princípio da democracia operária. O que quer dizer que cabe à Convenção julgar quais correntes poderiam participar da chapa ou não. Discordamos daqueles que comporão a qualquer custo ou daqueles que a princípio já estabelecem o veto a determinadas correntes de esquerda. O programa é o norte para a formação de uma chapa de Oposição.

A convenção sobre a base de um programa classista obriga às Correntes que se reivindicam do Movimento de Oposição a se posicionarem diante dos professores sobre questões fundamentais, como a crise capitalista e governo pró-imperialista de FHC, as reformas privatista do ensino, a caracterização da atual diretoria, método de luta, democracia sindical, independência de classe etc. Portanto, a Convenção poderá colocar-se pela participação ou não de uma determinada Corrente baseada numa caracterização política.

Destacamos abaixo os principais pontos programáticos

1. Combater a opressão nacional e social

Assistimos ao recrudescimento da opressão social e nacional. Esta expressa a crise histórica do sistema capitalista. Não é por acaso que a destruição de forças produtivas se generaliza por todo o planeta. Trata-se de uma fase convulsiva de guerra comercial, que dá lugar às guerras bélicas e à implantação de medidas violentas contra os trabalhadores e revolta das massas no mundo inteiro. No Brasil, essa crise se manifesta com particular intensidade devido ao atraso econômico a que está submetido. As potências imperialistas, assoladas pela crise de superprodução, procuram atenuar suas conseqüências impondo aos países semicoloniais, a exemplo do Brasil, planos econômicos, provocadores de falência de ramos inteiros de produção, fechamento de fábricas, demissão, arrocho salarial, quebra de conquistas sociais elementares, privatização e degradação dos serviços essenciais, como a saúde e educação.

O governo FHC encarna essas tendências reacionárias do capitalismo internacional, isto é, a opressão nacional e social. O Plano Real e as Reformas Constitucionais acarretarão regressão na já debilitada capacidade produtiva e um violento corte nos gastos sociais. Caracterizamos o governo de FHC como um governo antinacional e antipopular,

ou seja, um governo submetido aos ditames das potências imperialistas e opressor da maioria da população. Defendemos a soberania do país contra o intervencionismo imperialista. Por isso, nos colocamos pela derrubada integral do Plano Real e das reformas constitucionais. Levantamos as bandeiras de abaixo o Plano de fome e miséria. Abaixo o governo pró-imperialista de FHC! Em defesa de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

2. Defesa das condições de vida e trabalho e da unidade das massas

Os projetos de reforma da Previdência e os projetos que eliminam os direitos trabalhistas e encargos sociais (contrato temporário, proposto pela Força Sindical e Fiesp), juntamente ao congelamento dos salários e desemprego, agravam terrivelmente as condições de vida da população. Para manter os superlucros das multinacionais e dos parasitas financeiros, o governo impõe um plano de esmagamento da vida das massas. Contra a miséria e a fome:

- Defender o salário mínimo real de 1200 reais, mínimo para a sobrevivência do trabalhador e sua família;

- Defender a redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução de salários, para dividir o trabalho disponível entre todos;

- Defender os direitos trabalhistas e se contrapor à reforma da legislação trabalhista proposta pela Força Sindical e Fiesp, que só aumentará o desemprego e favorecerá ainda mais os patrões, como já ocorreu em outros países;

- Defender a Previdência pública. A traição de Vicentinho ajudou o governo a aprovar um projeto de destruição da Previdência, que está em marcha. Só a luta nacional de massa pode barrá-lo.

- Expropriação de todo latifúndio e entrega das terras aos camponeses pobres.

- Defender a saúde e educação gratuitas.

- Defender a campanha nacional de luta para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC. Convocar os organismos de base que aprovelem a luta unitária com eleição de comandos de base com poder acima das direções e subordinado às assembléias.

3. Contra a corrupção, defendemos os Tribunais Populares

O governo de FHC tem se mostrado tão corrompido quanto o de Collor. Bilhões de reais são gastos nas falcatruas dos bancos, empreiteiras, fisiologismos

etc. Os escândalos da Pasta Rosa, a compra de deputados para a aprovação do projeto da Previdência, o caso Sivam etc, mostram o apodrecimento da burguesia, de seu governo e do Parlamento. É claro que nenhuma CPI vai julgar e punir os corruptos. A burguesia nunca vai julgar a si mesma. O maior exemplo é o da CPI do Orçamento, que deu em nada. Somente as massas mobilizadas podem julgar e varrer com a burguesia corrupta. Por isso, para enfrentar a corrupção, trata-se de defender os tribunais populares, convocados pelas organizações sindicais e populares. A burguesia não pode ser juiz e réu ao mesmo tempo. A recusa de lutar pelos tribunais populares e o apoio à farsa das CPIs fraudulentas é um compromisso com a corrupção burguesa, que tem marcado as correntes reformistas e centristas.

4. Responder a ofensiva do imperialismo

Responder a ofensiva do imperialismo e ao Plano neoliberal do governo construindo uma Frente Revolucionária Antiimperialista. A luta antiimperialista e anticapitalista se combinam. É necessário rechaçar, através da luta de massa, a opressão nacional, que aparece sob a forma do programa de FHC, da dívida externa, dos acordos secretos etc. A Frente Revolucionária Antiimperialista é o meio para se unir a maioria nacional oprimida em torno do proletariado, sob a base do programa revolucionário.

NACIONAL



É necessário também combater o frentismo burguês, que como tal ou é pró-imperialista ou nacionalista. A frente popular do PT, PCdoB etc é de conciliação de classe, por isso é antagônica à Frente Revolucionária Antiimperialista, expressão da política proletária voltada a destruir o capitalismo.

A constituição de comitês de base no interior dos movimentos é uma via de concretização embrionária da Frente Antiimperialista.

Contra a Reforma privatista do ensino, defendemos a escola única, pública, gratuita, autônoma e enraizada na produção social

A reforma de ensino, aplicada por FHC, Covas e outros governadores, significa a destruição da educação pública. Atende às pressões do capital financeiro internacional (Banco Mundial, por exemplo), que exige que os governos cortem gastos com a educação. Isto para sustentar o parasitismo financeiro (mais da metade do Orçamento) e aos donos das escolas privadas. Tal reforma tem como essência a privatização. A sua implantação já deixou milhares de professores demitidos e uma parcela enorme de alunos sem escolas. A redução do número de escolas e salas de aula tem acarretado toda sorte de problemas: salas superlotadas, péssimas condições de ensino etc. Nesse sentido, nos colocamos totalmente contrários à reforma governamental do ensino.

Rechaçamos o Plano Decenal, acordo assinado pelo governo com o Banco Mundial, por ser parte da estratégia neoliberal. Denunciamos as entidades educacionais e a CUT por colaborarem com a implantação das metas traçadas em tal acordo. Lutamos contra a LDB do Parlamento corrupto, por se tratar da base jurídica para livrar o Estado dos encargos com o ensino público.

Consideramos que a falência do ensino é uma das graves conseqüências da desagregação do sistema capitalista. A destruição de forças produtivas e seu bloqueio impossibilitam à burguesia e seu Estado de sustentá-lo, bem como fazê-lo progredir como fator de qualificação de mão de obra. Por isso, as reformas educacionais nada têm a ver com a melhoria da qualidade de ensino.

A defesa da escola pública passa pela conquista da escola única, um único sistema de ensino estatal, sob o controle dos trabalhadores, onde os alunos permaneçam uma parte do tempo na escola e outra nas atividades produtivas. É na produção social que alunos e professores compreenderão a realidade, ou seja, as leis que regem a natureza e a sociedade, e lutarão para a sua transformação.

5. Caracterização da diretoria da Apeoesp como uma direção burocratizada.

A corrupção política e econômica são características da atual direção. A contenção das lutas, a sabotagem das greves nos conchavos de cúpula com os governos e o uso do sindicato em benefício pessoal ou de partidos às costas dos professores tornaram-se parte do cotidiano do sindicato. Um exemplo disso é capitulação da diretoria da Apeoesp diante da Reforma da Previdência e de todo o Plano de FHC e Covas.

Os professores são marginalizados das decisões, que são tomadas pelos diretores à revelia das assembleias. Trata-se de uma diretoria que não expressa a necessidade de luta dos professores, e por isso é obrigada a burocratizar o sindicato, afastar as bases das decisões.

Quando caracterizamos a diretoria dessa forma, queremos dizer que se tornou um obstáculo na luta dos professores. Não conseguiremos fazer do sindicato um instrumento de combate enquanto não varreremos com a atual diretoria. A corrente Articulação é a maior responsável por tudo isso, mas o PCdoB, corrente que integra a diretoria, também o é, porque não travou e não trava a luta contra a maioria. A omissão é cumplicidade.

A adaptação da Apeoesp às pressões do governo burguês, através de sua direção, expressa a política reformista e frentepopulista do PT e aliados. A linha sindical baseada nas negociações de cúpula e nas soluções parlamentares é um reflexo da concepção de que o capitalismo é reformável e de que a democracia dos exploradores é a via das transformações. Tal diretriz fatalmente anula o sindicato como instrumento de luta de massa, oposto ao Estado burguês e

às suas instituições parlamentares, que apenas mascaram a ditadura da burguesia sobre os trabalhadores. Trata-se de uma linha sindical submetida à estratégia de integrar os sindicatos na democracia burguesa.

O sindicato só será instrumento de luta dos professores se removermos esses obstáculos e implantarmos a democracia sindical, que se baseia na soberania das assembleias, controle total das bases sobre a direção, revogabilidade do mandato etc.

6. Defesa do método da ação direta

A atual diretoria é reformista, por isso tem como método essencial a atuação nas instituições da democracia burguesa: pressão inócua ao Parlamento, negociações de cúpula, lobbies etc. As lutas são utilizadas como instrumentos de barganha com o governo. O objetivo disso é sempre conciliar. A convivência com o governo representa a derrota dos professores, o não atendimento das reivindicações. Contrariamente a isso, defendemos o método da ação direta, que é o único que permite enfrentar o governo com a força da unidade na luta, para obrigá-lo a atender as reivindicações.

7. Defesa da independência de classe

O sindicato só pode ser instrumento de luta se estiver sob controle das bases e sem nenhuma ingerência ou ligação com o governo, os partidos e instituições burguesas. Essa relação não é formal nem passiva. Depende de uma linha política e de uma ação sistemática que coloque em prática essa independência que, numa sociedade de classes, se traduz necessariamente numa luta contra a burguesia e seu Estado.

A política da atual diretoria, de conciliação de classe, leva o sindicato a se submeter politicamente ao governo. A independência de classe depende da construção de uma nova direção, sobre a base de um programa classista que se coloque pela luta antiimperialista e anticapitalista.

8. Em defesa da unidade mundial do proletariado

Responder à ofensiva do imperialismo em todo mundo defendendo a unidade mundial do proletariado e as conquistas históricas do proletariado e sua democracia correspondente. Defesa de Cuba contra os ataques do imperialismo. Defesa da auto-determinação dos povos na guerra civil da Iugoslávia e expulsão do imperialismo. Defesa material e política da revolução boliviana, país latino-americano em que as lutas contra o Estado avançam a passos largos.



Como se coloca o problema da chapa oposicionista à diretoria da Apeoesp?

A aproximação das eleições sindicais da Apeoesp tem provocado uma movimentação entre as diversas correntes políticas. No Seminário do Movimento de Oposição apareceram imediatamente as divergências quanto à composição da chapa.

Para o PSTU e a Liga, trata-se de se formar uma chapa unitária a qualquer custo, que englobe inclusive o PCdoB, corrente esta que faz parte da diretoria. Por sua vez, Causa Operária caracteriza “o PSTU, LOI, Coletivo dos Trabalhadores de Diadema e outros grupos menores” como “setores que nos últimos anos colocaram-se na luta contra as traições da diretoria, em torno a um programa contra o governo Covas”. Dessa forma, rejeitaram a proposta do PSTU de convocar correntes como “O Trabalho” e “Nova Opção”. Em função disso, seu representante declarou que não aceitava a decisão do Seminário e se retirava da coordenação. Não passou nem uma semana, e Causa veio pedir à Oposição o retorno.

O POR defendeu a posição de se constituir a chapa a partir de um programa e avaliação das correntes frente a esse programa, embora tenha restrição a determinadas correntes. O que quer dizer que a luta se dará inevitavelmente na Convenção. Não nos apoiamos na caracterização conjuntural de que o PSTU, LOI etc têm resistido à traição da direção. Dizemos que tais correntes expressam o centrismo de esquerda, que por seu conteúdo oscila entre a reforma e a revolução, entre a política reformista e a marxista. Causa Operária também se encaixa em tal caracterização, apesar de todo o seu esquerdismo verbal. Isso quer dizer que o centrismo, como posição majoritária, não poderá constituir uma verdadeira direção programática, revolucionária. Dessa forma ocupa um lugar transitório no choque com a burocracia pró-capitalista.

Uma direção revolucionária está por ser construída, através da construção do próprio Partido Operário Revolucionário, por encarnar o programa da revolução e ditadura proletárias, que como tal pode orientar o sindicato em fun-

ção da destruição do capitalismo. Infelizmente, nenhuma das correntes centristas da oposição poderá jogar esse papel. Basta ver que Causa Operária dirige há anos o sindicato dos Frios e este está tão burocratizado e corrompido quanto qualquer outro. Não é preciso citar exemplos do PSTU. Eis porque não embelezamos o PSTU com a caracterização de ter resistido à traição da burocracia. Não basta que esta ou aquela corrente do campo oposicionista tenha tido uma ou outra posição acertada diante da evidente traição dos burocratas sindicais.

A luta frentista por uma direção revolucionária para o sindicato tem a função de potencializar a construção da fração revolucionária, encarnada pelo trabalho de construção do Partido marxista-leninista-trotskista. Essa luta se dá tanto frente ao centrismo conjunturalmente mais à esquerda (PSTU, LOI, CO) quanto ao centrismo à direita, como O Trabalho, quanto ao estalinismo frentepopulista (PCdoB, PCB) ou quanto à Nova Opção, que não passa de uma variante do reformismo petista. Sem dúvida, há diferenças circunstanciais e de grau entre os centristas, tanto é que aparecem formalmente divididos quanto a maior ou menor adaptação à burocracia. Não temos dúvidas de que o PSTU já está negociando às costas das demais correntes da oposição uma chapa unitária, que vá até o PCdoB.

A Convenção Estadual do dia 13 de abril deve rechaçar as maquinações aparelhistas, discutir e aprovar um programa de luta e rejeitar o oportunismo das correntes adesistas.



Ceará – Estudantes reagem à farsa das eleições para Reitor da Universidade Estadual (UEC)

As eleições de reitor para UEC, ocorrida no dia 29, foi precedida de grandes protestos estudantis. A razão está em que tais eleições não têm nada a ver com a democracia universitária. As eleições são uma farsa, uma vez que estão sob o imperativo da escolha final pelo governador, através da lista sêxtupla. Os estudantes, em sua assembléia, votaram o boicote, para denunciar a falcaturia e defender a verdadeira democracia no interior da Universidade. Uma parcela de professores aderiu à posição de boicote, inclusive tomando parte ativa nas atividades.

O importante foi o fato do movimento de boicote ser acompanhado de paralisação de aulas, passeata e bloqueio de uma rua. Em protesto, se queimou um caixão de defunto, simbolizando as eleições fraudulentas, chamando a atenção da população para o acontecimento. Uma outra atitude, que mostrou a radicalidade estudantil foi a de ocupar o local em que se realizaria um debate entre os reitoráveis. A massa estudantil o invadiu gritando a bandeira de boicote e assumindo o poder do microfone. Assim, se pôs fim ao circo montado pela burocracia universitária.

Esses protestos não se limitaram ao problema das eleições. Tiveram também por motivo o sucateamento da Universidade Estadual, que chegou ao ponto de faltar professores em vários cursos. Assinalou-se o caminho da luta contra a destruição do ensino público e gratuito. No fundo esse é o problema chave. O capitalis-

mo em crise já não pode sustentar sequer os poucos cursos universitários mantidos pelo estado.

No curso de pedagogia, a burocracia universitária esboçou um princípio de repressão à vanguarda e o Centro Acadêmico. Os autoritários pretenderam inviabilizar a campanha de boicote organizada pela entidade estudantil. A forma de responder a esse ataque é alcançar uma sólida unidade entre todos os estudantes da UEC e estender o movimento para o conjunto de alunos, incluindo a federal. Também o movimento deve se colocar diante dos grandes problemas nacionais, como o da ofensiva pró-imperialista das reformas do governo, as quais refletem diretamente na destruição do ensino público e gratuito.

O Partido Operário Revolucionário, através da Corrente Proletária na Educação, fez a defesa da autonomia universitária, baseada na soberania de uma assembléia geral de estudantes, professores e funcionários (assembléia universitária). Em torno desse ponto fez a campanha da eleição direta, com revogabilidade do mandato por aqueles que elegeram. Tal linha se contrapõe à farsa da eleição com lista sêxtupla e poder de decisão nas mãos do governo. Para concretizar sua defesa, propôs a constituição de comitês pela autonomia universitária e controle estudantil-docente-funcionário da Universidade.

Sobre a campanha salarial

A assembleia realizada no dia 29 de março aprovou a política da diretoria da Apeoesp. Ao invés de convocar a paralisação da classe para se opor ao “prêmio” de 20 centavos por hora/aula, a diretoria chamou uma assembleia num local fechado e sem nenhuma mobilização. Embora tenha conseguido aprovar a sua linha de não enfrentamento com o governo e de só realizar uma assembleia no final de abril, contou com um setor descontente do professorado que protestou contra tal política e se posicionou pela proposta de preparação da greve.

A diretoria manobrou para que a palavra greve não estivesse contida em nenhum material de propaganda da próxima assembleia, porém não conseguiu conter a parcela mais radicalizada. Sabemos que tudo fará para que a greve não seja organizada e que buscará, através das negociatas, arrancar alguma migalha para pôr fim à campanha salarial. Nesse sentido, os professores mais conscientes deverão, desde já, implementar os comandos de mobilização de visita às escolas com o claro objetivo de transformar a assembleia em um grande movimento de massa e de início de nossa greve.

A Corrente Proletária na Educação entrevistou defendendo a seguinte posição:

Mais do que nunca é preciso organizar a greve de massa para derrotar as Reformas antinacionais e antipopulares

O governo vem pouco a pouco impondo toda estratégia ditada pelos credores internacionais. Exigiu que o Congresso votasse a Reforma da Previdência, que mantém os privilégios dos mi-

litares, juizes e parlamentares e põe fim às conquistas dos trabalhadores, a exemplo da aposentadoria por tempo de serviço. Agora, parte para a Reforma Administrativa, que visa a demissão em massa do funcionalismo público. As reformas são mecanismos de proteção ao capital (diante da crise) e de redução do papel do Estado (daí as privatizações), para que este mantenha em dia o pagamento das dívidas interna/externa e para desviar bilhões em favor dos banqueiros, usineiros, latifundiários etc. Com isso, toda crise é descarregada sobre os trabalhadores. Não é por acaso que o desemprego aumenta, aprofunda o arrocho salarial e se elimina direitos trabalhistas elementares.

Como parte dessa estratégia neoliberal, o governo implanta a reforma no ensino, conforme estabelece o Banco Mundial. O Ministro da Educação já anunciou as mudanças no segundo grau, que prevê a sua privatização e a farsa de um ensino técnico. Determinou as avaliações, com vistas ao fechamento de cursos e demissão de professores. Também exigiu a votação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como base jurídica para livrar o Estado dos encargos do ensino público e gratuito.

Os governos estaduais, em consonância com tal política, vêm impondo as reformas na educação. Covas já demitiu milhares de professores e funcionários, deixou um grande número de alunos sem escolas, reduziu ao máximo o segundo grau, manteve o violento arrocho salarial e pretende acabar com o concurso de ingresso, tercerizando o trabalho dos funcionários de escola. O arrocho salarial é parte dessa ofensiva anti-educação.

Não aceitemos a quirela de 0,20 de reajuste por hora-aula! Mobilizemos contra o “prêmio” de 40 reais! Exijamos do governo as nossas reivindicações! Abertura das escolas e salas fechadas! Readmissão de professores e funcionários!

Covas dá mais um passo na destruição da escola pública. Ofereceu de reajuste um abono miserável de 40 reais, para 40 horas semanais de trabalho. O reacionário e demagogo Covas quer com 20 centavos a mais na hora/aula melhorar a qualidade do ensino e valorizar o magistério. Enquanto isso, enche os bolsos dos empreiteiros, banqueiros e dos corruptos sangue-sugas do estado.

Os educadores nada têm a ver com as falcaturas do governo. Ao contrário, a defesa da escola pública e gratuita depende da melhoria das condições de

vida e trabalho. Está aí porque lutamos por um salário mínimo real de 1200 reais, reposição das perdas salariais, redução da jornada para 20 horas semanais, diminuição do número de alunos por sala de aula, fim da reforma educacional privatista e readmissão de todos demitidos.

Enquanto o governo anunciava a implantação da reforma, a diretoria discursava sobre o caráter autoritário de Covas e rechaçava a proposta de convocação de assembleia. Agora que o governo põe em prática, apresenta como solução aos demitidos a demagogia parlamentar de que a Assembleia Legislativa vote uma indenização. Veja a que ponto chega a política de conciliação da diretoria! Não é por acaso que a assembleia do dia 29 só foi convocada devido às pressões da oposição. Com essa política, a diretoria da Apeoesp deixa o governo de mãos livres para seguir com a reforma privatista e com o arrocho salarial.

Não bastando tamanha colaboração, a diretoria conclama o traidor Vicentinho para pressionar Covas a abrir negociação com a Apeoesp. Quem não se lembra que foi Vicentinho que negociou o fim de nossa greve sem nenhuma conquista? Quem não se lembra do acordo de Vicentinho com Fernando Henrique para extinguir a aposentadoria por tempo de serviço? Em vez de organizar a ação unitária da classe, recorre à “lábria” do vendido Vicentinho.

Os professores devem rejeitar a política de colaboração da diretoria com o governo. A rejeição impõe como tarefa a preparação da greve. A coesão do professorado e a unidade com os funcionários e outros setores de trabalhadores, organizando uma greve de massa e de grandes ações de rua, são as únicas vias para derrotar a ofensiva do governo sobre o ensino público.

Ao contrário da greve passiva, limitada às assembleias semanais, os professores devem criar as condições para uma greve de massa e de unidade com outros trabalhadores. Não é fácil enfrentar governos que têm firme disposição de destruir a educação gratuita. Eles pouco se importam com manifestações isoladas. É preciso projetar a nossa luta para o conjunto da sociedade, principalmente para o movimento operário. Não deixemos que Covas pisoteie ainda mais nossas cabeças! Denunciemos a política das direções sindicais traidoras! Defendamos a via da ação direta para pôr abaixo a reforma educacional e o brutal arrocho salarial! Organizar uma greve de massa e ganhar as ruas!

Educação



Covas impõe a Reforma educacional do Banco Mundial às custas de milhares de demissões de professores e funcionários e expulsão de uma boa parcela de estudantes. Soma-se a isso a farsa da valorização do magistério, com a criação do prêmio de 20 centavos a mais na hora/aula. O piso dos professores, por 20 horas semanais, não atingiu os miseráveis 3 salários mínimos, ou seja 300 reais. E também a superlotação das escolas e as péssimas condições de trabalho.

Não bastando tamanha violência sobre os educadores e estudantes, o governo persegue os professores. Não é por acaso que procura condenar, através da Justiça, os lutadores da região do ABC, e, agora, na região de Taboão, intima os diretores a não atribuir aulas àqueles que são tidos como "indesejáveis". É claro que se trata dos

Abaixo as perseguições políticas Readmissão de todos os demitidos Fim da Reforma Privatista do Ensino

professores que lutam contra a destruição da escola pública.

Rechamos a política de perseguição, demissão e privatização do governo do PSDB. Exigimos a imediata readmissão dos professores, através da atribuição de aulas e abertura das salas fechadas. Consideramos que tal política faz parte da estratégia neoliberal do governo, que tem como essência: a demissão e a destruição da educação gratuita. Exigimos que a diretoria

da Apeoesp lance uma campanha pública e de massa contra a perseguição dos 26 professores da região do Taboão, fim dos processos judiciais contra os grevistas e denúncia dos diretores coniventes com a política sucateadora da escola pública.



Manifestações estudantis mostram disposição de enfrentar FHC

As organizações estudantis organizaram um dia nacional de luta contra as reformas do ensino de FHC e dos governos. Em Brasília, os manifestantes foram reprimidos pela PM do governo petista. Em São Paulo, milhares realizaram uma passeata pelas ruas do centro, saindo da Av. Paulista.

Percebemos que, apesar de uma convocação relativamente fraca, os estudantes compareceram. Merece destaque o fato de haverem grupos organizados de escolas de tradição oposicionista à diretoria da UNE/UBES.

A falta de intervenção partidária das correntes que se colocam como oposição à atual direção chamou a atenção. Além do panfleto da direção, havia o do POR (Corrente Proletária na Educação) e de alunos da Fatec. A renúncia em travar a luta política contra as atuais direções da UNE e UBES mostra a incapacidade das correntes de esquerda de se diferenciarem e se constituírem como direções de luta para os estudantes.

As reformas do ensino aplicadas por FHC e Covas significam a destruição da educação pública. Atendem às pressões do capital financeiro internacional, que exige que os governos cortem os gastos com serviços sociais para sustentarem o parasitismo financeiro (mais da metade do orçamento), e aos donos das escolas privadas, que pretendem sucatear o ensino público em benefício do ensino pago.

A reforma do ensino superior abre a possibilidade de cobranças de taxas pelas escolas públicas, impõe a avaliação como instrumento a favor da privatização e de demissões dos professores e caminha a passos largos para extinguir todo investimento estatal no ensino superior, conforme acordo feito com o Banco Mundial.

As reformas nos estados seguem os passos que Covas tem dado em São Paulo. Demissões de milhares de professores e exclusão de milhares de alunos das escolas, fechamento de salas de aula e superlotação das restantes, avaliações manipuladas que visam abrir caminho para demissões e privatização etc. As escolas padrão já foram avaliadas duas vezes, conforme determinação do Banco Mundial, e constatou-se o que todos sabem: o ensino vai

mal. Em abril, serão avaliadas as 3ª e 7ª séries das escolas estaduais. Para quê? Para ter mais pretextos para se continuar liquidando a escola pública, demitindo mais professores e dificultando a vida escolar dos alunos, com transferências de escola etc.

A defesa da escola pública depende da luta de professores, funcionários e estudantes contra o plano neoliberal de destruição da educação. Não é fácil enfrentar governos que têm firme disposição de destruir a educação. Eles pouco se importam com manifestações isoladas. É preciso projetar a nossa luta para o conjunto da sociedade, principalmente para o movimento operário.

As manifestações de rua massivas, as ocupações e bloqueio de avenidas, a greve ativa que se faça sentir por toda a população e a coloque por pressão os governos para que atendam as reivindicações de estudantes, professores e funcionários são o caminho para abrir a luta em defesa do ensino público.

Trata-se de uma luta que se junta com a luta dos estudantes das escolas privadas, esmagados pelos reajustes insuportáveis que atingem valores maiores que o salário. Não é possível defender de verdade a escola pública sem combater os capitalistas da educação, que estão sempre tramando, unidos aos governos, pela privatização do ensino em todos os níveis. A defesa verdadeira da escola pública depende da luta pela estatização do ensino pago, sob controle de estudantes, professores e funcionários. Somente assim teremos ensino público para todos. Os estudantes de escolas públicas e privadas lutam contra os mesmos inimigos: os governos privatistas e os capitalistas do ensino. Trata-se de unir o conjunto dos estudantes, professores e funcionários numa luta nacional que se contraponha à destruição do ensino. Isso implica numa luta contra o plano neoliberal, porque a destruição do ensino é parte desse plano. Dessa forma, a luta de estudantes, professores e funcionários também se junta com as mobilizações do movimento operário e popular.



Natal: Estudantes da UFRN dizem

não à política de taxas do reitor petista

Os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) realizaram uma manifestação contra as cobranças de taxas. A UFRN tem como reitor um petista. A cobrança de taxa é um meio de privatizar gradualmente a Universidade. Diante do descontentamento dos estudantes e das manifestações, incluindo discussões acaloradas entre os residentes, o reitor procurou manobrar propondo uma

comissão de negociação. As bases gritaram que não havia o que negociar. Cabia apenas a retirada imediata das taxas.

As correntes oportunistas, como o PCdoB e PT, procuraram amenizar o confronto dos estudantes com o reitor, propuseram uma comissão formada de representantes dos CAs. As bases gritaram "não" e exigiram o direito de todos os estudantes se pronunciarem. Os oportunistas então manobram propondo que a comissão fosse formada no conselho de representantes dos CAs, a ser realizado

no outro dia. Através dessas manobras, acabaram enfraquecendo a luta e favorecendo os interesses da burocracia universitária.

Trata-se de recuperar o avanço obtido na mobilização, constituir um comitê de organização das lutas, eleito diretamente numa assembleia estudantil. É preciso ter clara a defesa da bandeira de ensino público e gratuito e autonomia universitária, baseada na soberania das assembleias.

Bolívia: crescem as manifestações de massa

A cúpula militar exige do governo a decretação do "Estado de emergência". Isso porque as mobilizações se generalizam por todo o país. Nas últimas duas semanas, milhares de funcionários públicos marcharam por La Paz, bloqueando ruas e se confrontando com a polícia. Reivindicam reajustes salariais e o fim da política de privatização das empresas estatais. Os manifestantes se opõem à entrega da Companhia petrolífera estatal YPFB aos capitalistas estrangeiros (imperialismo). Erguendo a bandeira de não à privatização: "Somos um dos países mais pobres do mundo e agora querem vender um dos últimos recursos que temos - o petróleo", a população enfurecida enfrenta a polícia e grita palavras de ordem contra o governo entreguista.

Na pequena Bolívia, os protestos põe às ruas mais de 30 mil trabalhadores. São funcionários públicos, estudantes, professores, trabalhadores da saúde e operários da companhia petrolífera, que também aderiram a paralisação. O governo

boliviano encontra forte oposição contra os Planos privatistas, através dessas grandes manifestações de rua e da greve geral. A imprensa burguesa (no Brasil) publica uma pesquisa de opinião que diz: "o povo da Bolívia - país de 7 milhões de habitantes afundado na depressão - se opõe no geral às privatizações, que ele compara à perda da independência nacional e à corrupção".

O fato da população rejeitar os planos privatistas do governo demonstra que as massas têm assimilado a política trotskista e os métodos da ação direta contra o governo.

O presidente Gonzálo Sánchez de Lozada vem reprimindo violentamente as direções do movimento, a exemplo das prisões e torturas aos militantes poristas Wilma Plata, Soruco e outros. Mesmo assim, não consegue conter a fúria dos trabalhadores e camponeses famintos. As lições do povo boliviano devem ser seguidas pelos trabalhadores do mundo todo. Não há como derrubar os Planos neoliberais e os governos pró-imperialistas sem que as massas ganhem às ruas, em poderosos movimentos e dotadas da política do proletariado.

Internacional

Comuna de Paris: 125 anos

O POR realizou no dia 17 de março um debate sobre a Comuna de Paris.

Passados 125 anos em que, pela primeira vez na história, o proletariado tomou o poder da burguesia através da ação direta das massas, essa experiência, ainda que derrotada, traz ainda muitas lições, esquecidas ou renegadas pelas correntes de esquerda e pelo reformismo.

O proletariado parisiense mostrou toda sua bravura quando, vendo sua cidade cercada pelo exército prussiano, e a burguesia capituladora fugindo desesperada, decide pela resistência se organizando em torno da Guarda Nacional. A 28 de janeiro de 1871, Paris esfomeada capitulou, mas o inimigo, que desarmou as tropas regulares francesas, não consegue com que a Guarda Nacional se desarme.

O governo francês foi transferido para Versailles e logo procurou desarmar o proletariado parisiense tentando roubar suas armas em 18 de março. Dirigidos pelos generais Clément Thomas e Lecomete, chegaram a Paris mas se solidarizaram com os comunardos e fuzilaram seus generais. Em plena guerra contra Versailles, os comunardos realizam eleições para a Comuna a 26 de março. Os eleitos tomam posse dia 28 e recebem a direção do governo do Comitê Central da Guarda Nacional.

Os primeiros atos da Comuna foram a separação do Estado da Igreja (principalmente com relação à educação, fim do ensino religioso e fim da sustentação dos padres pelo Estado) e a

decretação do teto salarial de funcionários da Comuna em 6 mil francos (salário médio dos operários parisienses).

Em 16 de abril, iniciou-se um plano para o funcionamento das fábricas, cujos donos fugiram para Versailles, dia 20 aboliu o trabalho noturno, dia 30 suspendeu a Casa de Penhores.

A reação de Versailles foi implacável. Paris foi bombardeada constantemente a partir de 7 de abril. Os comunardos repeliram o ataque em 11 de abril. Versailles se aliou ao governo prussiano, que libertou as tropas francesas presas em solo alemão. No início de maio as tropas versalhesas contaram então com o reforço dos ex-prisioneiros de guerra e alcançaram supremacia, mas só conseguiram, entrar em Paris em 21 de maio. A resistência dos comunardos se deu de casa em casa, de cômodo em cômodo, até que em 28 de maio caiu o último foco de resistência. Nesse mesmo dia, a burguesia realizou execuções em massa, que só terminam em junho. Foram 17 mil fuzilados.

Até o final de 1874 foram criados 24 conselhos de guerra que pronunciaram 13.450 condenações (entre elas 80 crianças e 132 mulheres), destes 270 à morte, 410 a trabalhos forçados, 322 ao exílio e o restante à prisão e deportação.

A rica experiência da luta do proletariado francês serviu para que o proletariado mundial avançasse na elaboração de seu programa. Suas mortes não terão sido em vão, desde que assimilamos e apliquemos as lições na luta para acabar com a exploração

Taiwan continua nas mãos do imperialismo

O governo chinês suspendeu as manobras militares que vinha fazendo nas proximidades de Taiwan. De seu lado, os Estados Unidos retiraram os dois porta-aviões de guerra que havia deslocado para a região. A vitória do atual líder separatista nas eleições mantém a ilha como um território capitalista rebelde na China.

Taiwan é para onde fugiram os nacionalistas burgueses após a vitória da revolução de 1949. Desde então, apesar de não ter independência formal, tornou-se um enclave capitalista na China. Apoiada nos Estados Unidos, desenvolveu produção e comércio internacionais que a projetaram economicamente.

Desde sempre, colocou-se como capaz de se reintegrar na China, desde que fosse abolido o comunismo e se restaurasse a democracia capitalista. O governo chinês nunca deixou de reivindicar a reunificação chinesa sob seu comando.

Nos últimos tempos, o governo chinês, que tem aplicado uma reforma capitalista em seu país através de dura repressão contra as massas, abriu a possibilidade de reunificação dos territórios mantendo os dois sistemas políticos e econômicos distintos. O governo de Taiwan recusou.

As manobras militares dos últimos meses visavam pressionar o país a se juntar à China. Os burocratas maoístas de Pequim achavam que poderiam influenciar o resultado eleitoral com o disparo de mísseis sobre as costas de Taiwan. Mas a pressão norte-americana com seus porta-aviões de guerra intimidou os chineses e Pequim recuou.

O internacionalismo proletário nos coloca ao lado da China contra o imperialismo americano. Aqui não se trata de uma luta e autodeterminação nacional, mas de disputa do imperialismo contra a China para manter submissa a região e abrir caminho para a restauração do poder burguês também na China.

Os estalinistas maoístas mostraram-se incapazes de garantir a unidade nacional. Seus métodos de intimidação logo foram recolhidos diante da ameaça americana. A restauração capitalista na China reforçará a opressão nacional com ela. Não é possível a libertação nacional sem a ruptura com o imperialismo e a instauração da ditadura do proletariado, democracia operária que se impõe contra a minoria opressora. Na China, depende da revolução política que derrube a casta burocrática antimarxista.

